

POR UM PROJETO CLASSISTA E DEMOCRÁTICO DE EDUCAÇÃO!



ETAPA RIO GRANDE DO SUL

CARTA DE PORTO ALEGRE

O III ENE foi sendo construído numa quadra histórica de recrudescimento da violência do Estado sobre nós, classe trabalhadora e juventude, num processo que se acentuou na medida em que a crise do capital, aberta com o petróleo nos anos 1970, não consegue recuperar a taxa de lucro em que pese as sucessivas reestruturações produtivas, incluindo as novas formas de precarização do trabalho.

Em 2008, já amplamente caracterizada como crise estrutural, tivemos um novo aprofundamento disparado a partir do setor imobiliário e das empresas.com nos Estados Unidos. No Brasil, tempo do governo de conciliação de classes, vivemos um período inicial em que a crise internacional ficou obscurecida por políticas de fortalecimento do consumo/endividamento, programas de governo como crédito consignado; redução do Imposto sobre Produto Industrializado – IPI, para a linha branca; Financiamento Estudantil – FIES; Minha Casa Minha Vida/Dívida... constituem exemplos.

A classe trabalhadora e juventude periférica vêm sendo atacada pelos diversos governos com a política nomeada de ajuste fiscal que inclui a Emenda Constitucional – EC 95, a lei geral das terceirizações, a contrarreforma trabalhista e as contrarreformas previdenciárias já em trâmite nos municípios. Como dados gerais do Brasil onde erguemos o III ENE, encontramos 18,7 milhões de pessoas recebendo uma renda abaixo do salário mínimo (R\$ 937,00 em 2017), 13 milhões estão desempregados (IBGE 2017; DIEESE, 2017) e cerca de 2,7 milhões de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos estão em situação de trabalho explorado (PNAD-2015).

A situação tende a se agravar exponencialmente sob a égide da retirada de direitos nas contrarreformas – o ajuste fiscal/EC 95 que congela investimentos em políticas sociais básicas; a destruição da previdência pública; o extermínio de uma história de duras conquistas no campo trabalhista; a lei geral das terceirizações e a ruína da escola pública.

Dados da educação estadual – RS

Principais ataques aprovados pelo governo estadual: autorização do parcelamento do 13º salário; aprovação de projeto que facilita a entrada de empresas privadas na escola; redução no teto de pagamento dos RPVs (Requisições de Pequeno Valor) de 40 para 10 salários mínimos; aumento no valor da contribuição previdenciária, perdas no plano de carreira “fatiadas”, não pagamento do piso e descumprimento do 1/3 da hora-atividade. Quanto às **lutas** da categoria, em 2017 ocorreu a 2ª maior greve da história do CPERS, em termos de duração, com 94 dias, com 100% de adesão de importantes escolas no estado, chegando em alguns momentos a adesão de 70% da categoria. Mais de 150 escolas ocupadas pelos estudantes. As principais pautas do movimento foram o fim do parcelamento do salário e retirada dos projetos de leis (PLs) que retiram direitos.

Na greve de 2017, o governo ameaçou demitir os contratos temporários que aderissem ao movimento. A partir desta ameaça, e da tentativa de demitir os contratos para contratar terceirizados, foi criado um Comitê Estadual dos/das Professores/as e Funcionários/as contratados/as e a Frente Parlamentar em Defesa dos Educadores Contratados. Na contramão do último Congresso do CPERS/Sindicato, ocorrido em 2016, em que, dentre várias e importantes ações e políticas aprovadas, não se aprovou política específica para esta grande parcela da categoria que representa 40% dos/as trabalhadores/as em educação do Estado RS.

Para o início de 2019, o governo aponta renovar 7.373 contratos, número que poderá ser ampliado para 9.820, conforme demanda. Os/as educadores/as que trabalham sob regime de contratação temporária não têm direito a férias remuneradas, plano de carreira e nem estabilidade no emprego. No Brasil, a cada 3 professores da rede estadual, 1 tem regime de contrato temporário. Em 9 estados brasileiros, o número de educadores em contrato temporário ultrapassa 50% do quadro de educadores.

Alguns dados gerais sobre a educação do Estado RS: 2.539 escolas; 43 escolas fechadas; 3.081 turmas fechadas; 900 mil alunos; 43.540 professores/as efetivos; 19.637 professores/as temporários; 65.177 professores/as em atividade; 85.382 é o total de professores/as e servidores/as em atividade; defasagem salarial em relação a inflação está no marco dos 23,29%; defasagem salarial em relação ao piso do magistério em 72%; desde 2014 sem correção salarial; desde 2015 com o salário parcelado/atrasado/escalonado (em alguns meses variou entre parcela/atraso e escalonamento, mas num geral foi parcelado), totalizando hoje 37 meses; 3 anos de parcelamento do 13º (ou adiantamento via empréstimo bancário); categoria composta por mais de 192 mil educadores/as, entre ativos e aposentados.

Dados gerais de Porto Alegre

Dados apontam 223 mil desempregados na região metropolitana (PNAD/IBGE, janeiro 2018); 46,2% da população de Porto Alegre habita em domicílios cuja renda *per capita* não ultrapassa meio salário mínimo (PNAD/IBGE, referente ao ano de 2016). Na Educação, faltam 19.307 vagas em creches de Porto Alegre, para crianças entre 0 e 3 anos; 28% das crianças entre 0 e 5 anos não estão matriculadas em instituições de educação infantil; 14% dos jovens entre 15 e 17 não está matriculado no ensino médio (dados de estudo do TCE, referente ao ano de 2016); faltam 697 professores na Rede Municipal (dado da ATEMPA utilizado durante a greve de 2018).

Sobre os ataques à Previdência do funcionalismo municipal: acumulou-se 8,5% de perdas históricas e o salário está sem reajuste inflacionário desde o início do governo Marchezan Jr, em 2017; nesse mesmo ano, a categoria municipal sofreu um confisco salarial com o aumento de 3% da alíquota da Previdência, subindo de 11% para 14%. Com o Projeto de Lei 07/18, aprovado na Câmara Municipal em 8 de agosto desse ano, Marchezan Jr. criou uma Previdência Complementar – POAPREV, compulsória para os novos servidores. Nela a garantia de recebimento da aposentadoria está condicionada ao resultado das aplicações financeiras realizadas com a contribuição dos servidores, não prevendo cobertura, ou seja, quando acaba o saldo do funcionário ele não terá mais dinheiro algum a receber. O POAPREV ainda onera os cofres públicos em 3 milhões ao ano, verba destinada ao custeio de sua estrutura.

Um pouco de nossa história

Em 2011, criamos o Comitê Nacional em Defesa dos 10% do PIB para Educação Pública, Já! Fim do PNE (2001-2010); aprofundamento das concessões do governo do PT aos interesses do Capital, principalmente no setor da educação; plebiscito que teve por título a consigna do comitê e que, somente no primeiro ano, contou com a participação de 360 mil pessoas, das quais 352 mil votaram favoráveis. (Maristela Silva e Sueli Goulart, Relatório III ENE/RS, p.3)

O I ENE (2014) avança na articulação de eixos e produz escrita de cartilhas tensionando algumas metas do PNE (2014-2024), em discussão naquele período, tendo como caldo de conjuntura as Jornadas de Junho de 2013, em cuja Carta de Intenções explicitamos os eixos: privatização e mercantilização, financiamento, precarização das condições de trabalho, acesso e permanência, avaliação meritocrática, democratização da educação e passe livre e transporte público.

Já a Carta de Porto Alegre, documento síntese do I ENE RS (2014), assim traduz o Encontro em seus primeiros parágrafos

Em dezembro de 2013, xs lutadorxs sociais no Rio Grande do Sul iniciaram o processo de construção do Encontro Nacional de Educação (ENE) no Rio Grande do Sul. Chegamos à etapa estadual com o acúmulo de debate produzido em Jaguarão, Santana do Livramento, Pelotas, Santa Maria e Porto Alegre. Dialogamos com a construção da etapa Regional do Paraná e Santa Catarina.

Contamos, especialmente, com a participação de militantes da base da categoria de trabalhadorxs da educação estadual e dos municípios citados; docentes do ensino superior; técnicxs administrativxs, docentes da educação básica, técnica e tecnológica, dirigentes de entidades de base e militantes do movimento estudantil. Compas que, além da organização do Encontro, constroem ocupações, mobilizações, paralisações e greves nos distintos rincões do Rio Grande do Sul.

Tendo como pressuposto que as concepções de educação da classe trabalhadora estão associadas às lutas travadas pela classe, nossa pauta nos três dias de Encontro, estabeleceu um diálogo profícuo da educação pública com transporte, democracia, financiamento e precarização do trabalho e da formação. [...]

O II ENE RS (2016) aprofunda as discussões dos eixos anteriores, reformula alguns títulos e avança no diálogo com situações concretas. Articulando os eixos: financiamento; avaliação; acesso e permanência: necessidades especiais e inclusão; acesso e permanência: gênero, sexualidade raça e etnia; trabalho e formação; meio ambiente e gestão. Assim sistematizamos na Carta da Etapa Estadual RS.

Nos dias 21, 22 e 23 de abril de 2016, na cidade de Porto Alegre, ocorreu a etapa estadual do II Encontro Nacional de Educação com a presença de 455 participantes, entre eles estudantes, trabalhadores em educação e outros movimentos. Durante o Encontro tivemos três mesas de debates, grupos de discussão e plenária final que refletiram a situação atual da educação em todos os seus níveis. Além disso, foram realizadas etapas municipais preparatórias em Santa Maria, Porto Alegre, Novo Hamburgo, Pelotas, Rio Grande, Livramento e Passo Fundo.

Numa conjuntura polarizada entre o impeachment e o “fica Dilma”, apontou-se a necessidade de construir alternativas independentes dos trabalhadores e trabalhadoras. Para resistir à retirada de direitos que vem se aprofundando no último período, é importante impulsionar, apoiar e unificar as greves e ocupações de escolas e fábricas. Nesse contexto, o II Encontro Nacional de Educação está inserido como um espaço de unidade dos lutadores para enfrentar os projetos de governos das esferas municipais, estaduais e federal, tais como congelamento e parcelamento de salários, a entrada das organizações sociais (OS) na escola pública, as terceirizações, as parcerias público-privadas, demissões etc. Essa disputa se dá também no campo ideológico, com a tentativa de impor uma escola cada vez mais a serviço da classe dominante, tal é o exemplo do projeto Escola Sem Partido. Esse projeto nada mais é que a restrição do desenvolvimento do pensamento crítico na formação dos trabalhadores e trabalhadoras na medida que cerceia a reflexão sobre a realidade social. [...]

Etapas Preparatórias no RS

Santa Maria, 15 e 16 de junho de 2018; o encontro contou com 63 participantes e iniciou com uma apresentação de dança, no final da tarde de sexta. A etapa preparatória seguiu com uma mesa redonda intitulada “Projeto atual de educação: o que temos (BNCC) e o que queremos (classista e democrático)”. Em continuidade, na manhã de sábado, houve os GTs com um/a professor@ responsável por disparar cada temática (1) Acesso e Permanência; (2) Terceirização, privatização, gestão e financiamento; (3) Opressões; (4) Trabalho e precarização docente. Durante o encontro manteve-se a exposição fotográfica: “Negros e negras: na cultura, na ciência e nos movimentos sociais”. O GT 4 propôs os encaminhamentos:

Retomada do protagonismo: resgate da identidade de ser professor e ser aluno;
Necessidade de se retomar a mobilização da sociedade, através da união dos trabalhadores;
Resgatar a criticidade, autonomia e debates, avançando na superação do senso comum;
Como forma de nos fortalecermos, propomos a construção de encontros comuns, formações continuadas e ações entre o conjunto da sociedade. (Relatório SM, p.3)

Pelotas, 16 e 17 de agosto de 2018; a mesa de abertura na quinta 18h30 teve como temática “Educação e Capitalismo”, na sexta pela manhã a mesa II “Juventude ocupa sim, não vão nos calar” e à tarde os GDs: (1) Educação não é mercadoria, (2) Reforma do ensino médio e (3) Entrar e permanecer sem opressão; ao término dos GDs, apresentação do Teatro do Oprimido e a plenária final. Entre os encaminhamentos, recortamos:

Criar agenda deste grupo, com reuniões com objetivo de fortalecimento e ocupação dos diversos espaços. Frente de resistência para os ataques EC 95, reforma do ensino médio, corte de bolsa CAPES;
Criação de grêmios estudantis em todas as escolas secundaristas, fazer formação nas escolas para entender o que são os grêmios e a importância da representação estudantil.
Articulação com os alunos do PBID que estão nas escolas.
Fortalecer os estudantes como categoria, aproximação dos secundaristas e dos universitários. Fazer a formação dos alunos desde o ensino fundamental desde a base como ensaio para os grêmios do ensino médio. (p.1)

Rio Grande, 18 de agosto de 2018, manhã e tarde, realizada no auditório do Hospital Universitário de acordo com o *Relatório do ciclo de atividades relacionadas ao III Encontro Nacional de Educação (ENE)* contou com 50 participantes que depois de uma mesa de abertura,

reuniram-se em três GTs (1) Financiamento, gestão e estrutura da educação, (2) Avaliação e condições de Trabalho e (3) Acesso, Permanência, Opressão e Repressão. Recorto do relatório, acima citado

Preocupações que se manifestaram nas falas dos presentes à reunião de avaliação identificaram a dificuldade de o ciclo de atividades relacionadas ao III Encontro Nacional de Educação (ENE) alcançar trabalhadores da educação, sobretudo professores do ensino fundamental e técnicos em educação. Assim como também ficou evidente nas falas que é necessário um esforço para que as discussões em torno do ENE cheguem a um número maior de pessoas dentro da universidade. Outra preocupação surgida refere ao período ‘entre-ENEs’. De acordo com os presentes, é necessário que as discussões realizadas nos ENEs sejam encampadas pelos participantes, sejam grupos ou indivíduos, para que seus avanços se materializem. [...] o primeiro passo dado pelo grupo para incidir sobre as preocupações explicitadas acima foi iniciar um processo de aglutinamento e organização para buscar a articulação do Fórum Municipal em Defesa da Escola Pública [...] (p.3)

Etapa Estadual RS do III ENE (2018)

Na estrutura/conjuntura acima exposta, realizamos a etapa estadual do III ENE, nos dias 24, 25 e 26 de agosto de 2018, na Escola Técnica Parobé, em Porto Alegre. Entremeadas por apresentações culturais fomos tecendo o debate político, tendo como foco preferencial o chão da escola – espaço de precarização e espaço de resistência; o que significa dizer, situações concretas da realidade concreta vivida na escola pública, em suas diferentes esferas (federal, estadual e municipal); níveis (educação infantil, educação básica e ensino superior) e modalidades de ensino (educação de jovens e adultos, educação profissional, educação especial, educação indígena e quilombola e educação do campo).

O Fórum Gaúcho em Defesa da Escola Pública Classista e Democrática: Fortalecendo o ENE, entidade que fomenta os debates do ENE permanentemente no Estado do RS, organizou a realização do III ENE a partir das seguintes comissões: *Estrutura*: Rejane (MLS) e Gil (Alicerce); *Finanças*: Maristela (Sedufsm), Rejane (MLS), Carlos Pires (Regional RS Andes), Guilli (PSTU); *Cultural*: Carol (UJC), Micaela (UJC), Tzusy (Alicerce) e Giovana (Resistência); *Alimentação*: Giovana (Resistência) e Juliana (Alicerce); *Comunicação*: Ezequiel (Alicerce) e Laisa (MLS); *Sistematização*: Laura (Alicerce), Rafael (Alicerce), Minasi (Aprofurg), Sueli (UFRGS) e Resplande (PSTU).

O III ENE contou com a participação das seguintes entidades e organizações: ADUFPEL, Alicerce, Andes Regional RS, Andes-UFRGS, APROFURG, CSP- Conlutas, MLS, PSTU/DL, SEDUFMS, SINDISPREV-RS, SINDPPD e UJC.

De acordo com dados do Dossiê da Comunicação (organizado pelo compa Ezequiel/Alicerce) o III ENE contou com 255 inscrit@s, cuja maioria foi de jovens entre 19 e 22 anos e participantes pela primeira vez do Encontro; quanto à participação nos GTs, “Opressões” e “Privatização da Educação” foram os mais procurados.

A mesa de abertura contou com saudação das entidades e organizações que, na perspectiva processual, vêm dando a batalha pela elaboração de um projeto classista e democrático para a escola pública, desde a campanha e no plebiscito pelos *10% do PIB exclusivamente para a escola pública, já!*. A primeira mesa de debate intitulada “Capitalismo, Trabalho e Educação” deu seguimento às nossas reflexões ouvindo exposições sobre a educação federal, particularizando o ensino superior, a educação estadual, e a educação municipal, particularizando a situação de Porto Alegre-em-greve.

A segunda mesa “Experiências de educação popular no capitalismo” contou riquíssima contribuição da Frente Quilombola, da Escola Indígena de Maquiné, do Madre Tierra, e de representações das Ocupações Secundaristas e Universitárias. Os GTs, (1) Passe-livre, acesso, permanência e conclusão com qualidade social; (2) Avaliação e meritocracia; (3) Democratização, autonomia e transparência; (4) Privatização, mercantilização e precarização da educação; (5) Financiamento público para a escola pública, sem PPPs; (6) Trabalho e formação das/os trabalhadoras/es da educação; (7) Opressões: machismo e misoginia; racismo, lgbtfobia e capacitismo; (8) Escola como território: violências e religiosidades. Tendo como referência as etapas anteriores – o que ajuda em nossa dimensão processual – reorganizamos os eixos e propusemos um novo eixo, buscando maior aproximação com a realidade concreta da escola pública, aqui particularizando a situação nas periferias.

Este documento, pelo acordo proposta construída na coordenação, deverá ser atualizado em plenária estadual às vésperas do III ENE.

Porto Alegre, 26 de agosto de 2018.